

Migração de aposentadoria vai beneficiar 100 servidores

FUNCIONALISMO

Corrida contra o tempo para aderir à Funpresp

Brecha para a migração do Regime Próprio de Previdência Social para o Regime de Previdência Complementar pode fechar antes do tempo, se medida provisória caducar. Aproximadamente 100 mil servidores sairiam ganhando com a troca

* ROSANA HESSEL

Uma nova janela para os servidores migrarem do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC) está aberta desde maio e se fecha em 30 de novembro. Quem entrou antes da penúltima reforma previdenciária, de 2013, precisa ficar atento, fazer as contas e comparar os dois regimes para ver se vale a pena realizar a troca.

O número de pessoas que podem ter alguma vantagem é considerável, de acordo com Cristiano Heckert, presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Levantamento feito pela entidade, com base no contingente de pouco mais de 290 mil servidores do Executivo em condições de migrar, detectou que aproximadamente 100 mil pessoas sairiam ganhando. "Esse é (número) o mínimo, mas pode ser que o volume (de pessoas) seja maior", afirma.

Heckert defende que os servidores façam as contas para comparar os dois regimes. Segundo ele, o funcionário público que aderir à Funpresp — que administra o fundo de previdência complementar dos servidores do Executivo e do Legislativo —, quando se aposentar, receberá o benefício de três fontes.

A primeira será o RPPS, pois a pessoa continuará contribuindo com 11% a 22% do salário — dependendo do rendimento — para receber o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de R\$ 7.087,22. A segunda é a Funpresp, que pagará a aposentadoria complementar referente ao montante aplicado pelo servidor e pela União. Para cada real do trabalhador no fundo, o governo federal deposita pela inflação, limitado a 8,5% da diferença entre o teto do INSS e o salário do funcionário público.

A terceira fonte será o Tesouro Nacional, que pagará o Benefício Especial — bônus calculado sobre o valor contribuído, multiplicado por um fator que conta o tempo de contribuição ao RPPS sobre o prazo mínimo para a aposentadoria, que passou de 35 (homens) e de 30 (mulheres) para 40 anos, para ambos os sexos, na reforma de 2019. O montante será corrigido pela inflação a partir da migração, que pode fazer diferença conforme for o tempo de contribuição.

Criada em 2013, a Funpresp agrega, hoje, 92 mil servidores e paga 277 benefícios. O novo prazo para a mudança de regime expira 30 de novembro, segundo a Medida Provisória 1.119/22, publicada em 26 de maio no Diário Oficial da União (DOU). Heckert adverte que a MP caduca em 5 de outubro, se não for votada antes do primeiro turno das eleições, em 2 outubro.

Armadilhas

Especialistas dizem que o texto da medida provisória tem várias armadilhas, mas reconhecem que cada servidor precisa ver se é vantajoso mudar de regime. O presidente da Funpresp

Janela aberta

Reforma da Previdência abriu a quarta chance para os servidores migrarem para o Regime de Previdência Complementar. Mas é preciso fazer contas, pois técnicos estimam que troca é vantajosa para apenas aproximadamente 100 mil funcionários públicos



Prazos

Oficialmente, o prazo para migração, previsto na Medida Provisória 1.119/22, vai até 30 de novembro. Mas a janela pode fechar antes, em 5 de outubro, quando a MP deve caducar, se não for votada pelo Congresso.



Quem pode migrar?

Servidor público federal que entrou antes de 4/2/2013 (Poder Executivo) e 7/5/2013 (Poder Legislativo) e não migrou nas oportunidades anteriores. Quem entrou depois dessas datas, já está no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e também no RPC.



O que é migrar?

É trocar as regras da sua aposentadoria, que deixa de ser regida apenas pelo RPPS, e passa a ser uma combinação do RPC com o RPPS (até o teto do INSS, hoje em R\$ 7.087,22). Mas não basta migrar. É preciso, também, aderir à Funpresp, quando o servidor deposita, mensalmente, um valor em uma conta individual administrada pela Fundação.

Na Funpresp, criada em 2013 com a penúltima Reforma da Previdência — a última foi em 2019 —, o investimento dobra todos os meses. Isso porque se a remuneração exceder o teto do INSS, para cada R\$ 1,00 depositado pela pessoa, o órgão onde ela trabalha também contribui com R\$ 1,00.

O servidor poderá resgatar 100% da parte a que faz jus no ato da aposentadoria ou optar por receber um benefício mensal (e acumular com o Benefício Especial — bônus calculado de acordo com os valores contribuídos ao RPPS — e a aposentadoria paga pelo RPPS). Mais informações no site: <https://www.funpresp.com.br/migracao-do-rpps-para-o-rpc/> (janela2022/)



disse que trabalha para que a MP entre na lista das propostas a serem votadas na segunda semana de esforço concentrado do Congresso, no fim do mês.

O texto precisa ser aperfeiçoado pelo Congresso para preservar o direito proporcional ao tempo de contribuição e a média de 80% da regra anterior a reforma da Previdência de 2019, de maneira a manter mais justo o cálculo do benefício especial, avaliou o economista Ricardo Pena, ex-presidente da Funpresp. "A decisão de migrar deve levar em conta a idade e o tempo de contribuição remanescente até a aposentadoria. Dessa forma, seria possível comparar o ganho no salário líquido presente vis-à-vis à perda/ganho no valor da aposentadoria futura", acrescenta.

Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional, salienta que para quem tem muito tempo para se aposentar, é vantajoso. "Como há congelamento do salário dos servidores, quem tem integralidade vê que o vencimento está defasado. Isso pesa a favor da migração", frisa.

Heckert reconhece que as condições atuais para a troca de regime previdenciário são menos vantajosas do que as oferecidas para quem aderiu no começo — como ele fez. Desde a publicação da medida provisória, foram apenas 780 migrações. "Essa janela se abriu por conta da reforma da Previdência de 2013, mas é importante pensar no histórico do que aconteceu nas outras reformas. Atendimento e as condições ficaram cada vez mais rígidas para o servidor público", afirma.

O presidente da Funpresp alerta para os riscos de quem continuar no Regime Próprio de Previdência Social, pois o volume de ativos — que são os que contribuem e pagam os benefícios para os aposentados — está diminuindo. "O número de inativos e pensionistas já é maior do que o dos servidores ativos. Isso vai tornar o atual sistema previdenciário inviável no futuro", afirma.

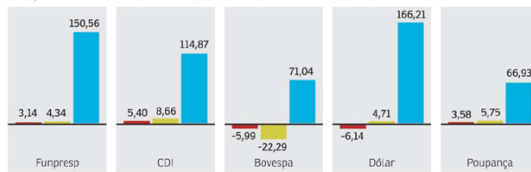
Funpresp em números
Dados de Jun/22

92,5 mil participantes ativos

R\$ 5,6 bilhões patrimônio do fundo

Fonte: Funpresp

Comparativo de rentabilidade



Iluminada de lilás, Caixa entra na campanha contra a violência à mulher

Ministério Unido (R) à Pres



A Caixa juntou-se, ontem, ao Agosto Lilás, cujo objetivo é mobilizar a sociedade para a violência contra a mulher. Ao longo do mês, a sede do banco se iluminará com as cores da campanha. A instituição também abriu o programa #Caixapraelas, que oferecerá produtos e serviços àquelas que têm o próprio negócio, trabalhem em casa ou em pequenas empresas, ou busquem a independência financeira. Trata-se de uma iniciativa da gestão da presidente Daniella Marques, que, ao assumir o cargo, reforçou o compromisso de intensificar o combate ao assédio sexual dentro da instituição, de estimular o empreendedorismo e de alinhar a Caixa às políticas contra a violência doméstica.

» Inflação oficial com viés de baixa

O mercado financeiro reduziu a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2022, passando de 7,3% para 7,15%. Entretanto, de acordo com o Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, o cenário esperado para 2023 é de um salto da inflação oficial de 5,30% para 5,33%. O documento projeta, ainda, que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 1,97% este ano, bem próximo do esperado pela equipe econômica do governo — na semana anterior, a estimativa era de 1,93%. Para 2023, o cálculo para o PIB caiu de 0,49% para 0,40% e, em relação à inflação oficial, a previsão mostra que o cenário é de avanço de 5,30% para 5,33%. Especialistas avaliam que o segundo semestre deve ver uma desaceleração do crescimento por causa dos efeitos prolongados do aperto monetário.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Página:** 7